



----- **Mandato 2013/2017** -----

----- **Conferência de Representantes dos Grupos Municipais** -----

----- **Ata Número Sessenta e Cinco** -----

Aos cinco dias do mês de junho de dois mil e dezassete reuniu, na sala dois das Comissões, sita no edifício da Assembleia Municipal de Lisboa, nos termos dos artigos vigésimo sétimo e vigésimo oitavo do Regimento deste órgão para o mandato dois mil e treze - dois mil e dezassete, a Conferência de Representantes dos Grupos Municipais, a qual foi presidida pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, Maria Helena do Rego da Costa Salema Roseta, tendo estado presentes os Deputados Municipais que assinaram a lista de presenças em anexo.-----

----- Esteve ainda presente, nos termos do número três do artigo vigésimo sétimo do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa e, em representação da Câmara Municipal de Lisboa, o Vereador Duarte Cordeiro que, também, assinou a referida lista. -----

----- Às doze horas, a Presidente deu início à reunião, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

1. Aprovação das atas 61, de 30.01,2017, e 63, de 3.4.2017 (doc 1 e doc 2) -----
2. Preparação da 144ª reunião da AML (doc 3)-----
3. Lista de matérias e propostas pendentes (doc 4) -----
4. Balanço preliminar do mandato 2013-2017 da AML (doc 5) -----
5. Cedência de terrenos municipais para o futuro Hospital de S. João (Proposta 316/CM/2017) – (Doc 6)-----
6. Relatório de conclusão do PIPARU (doc 7) -----
7. Outros assuntos-----

Ponto 1 – Aprovação das atas 61, de 30.01,2017, e 63, de 3.4.2017 (doc 1 e doc 2) -----

----- **A Senhora Presidente** deu início aos trabalhos com a aprovação das atas 61 e 63 da Conferência de Representantes, sendo que as mesmas foram aprovadas por unanimidade. Referiu que só estava em falta a ata 62. -----

Ponto 2 - Preparação da 144ª reunião da AML (doc 3) -----

----- Continuou a **Senhora Presidente**, dizendo que a reunião 144ª não tinha muita matéria. Havia um problema adicional que não tinha agendado o qual gostaria de ver com os presentes e saber se seria de agendar, caso estivessem de acordo, dado tratar-se de um assunto simples.-----

----- Salientou que agendou as recomendações que tinham ficado pendentes, dos vários partidos políticos. Tinha havido alguma flexibilidade, mas queria chamar a atenção de todos para o seguinte: o Regimento dizia que, desde que fosse apresentado com oito dias úteis de antecedência, qualquer partido poderia agendar o que entendesse. Portanto, algumas daquelas recomendações já tinham mais do que oito dias de antecedência. A do CDS-PP, tinha sido no próprio dia, apresentada, também tinha os oito dias, mas foi depois da hora. Portanto, entendeu que se poderia fazer daquela forma, os partidos estavam de acordo. Tinha sido o PEV a levantar a questão, se seria possível fazer-se daquela forma. Alertou, como resposta, para a disposição no Regimento que permitia e,



portanto, esclareceu assim, aquele assunto, evitando assim, ficarem à espera de um próximo PAOD, ou de uma próxima reunião de Declarações Políticas, e portanto, aquela questão ficava resolvida daquela forma. -----

----- Quanto à Proposta nº 118/CM/2017, **a Senhora Presidente** referiu que a mesma já tinha o parecer da 1ª Comissão Permanente. -----

----- Salientou que tinha ideia que quanto à Proposta nº 258/CM/2017 faltava o parecer da 1ª Comissão Permanente, e perguntou se estaria errada. Mas foi-lhe, imediatamente, confirmado que aquela proposta já tinha, igualmente, o parecer da 1ª Comissão Permanente. -----

----- Quanto à Proposta nº 287/CM/2017, confirmou que, a mesma, já tinha o parecer da 1ª e 8ª Comissões Permanentes.-----

----- Referiu que, em princípio, aqueles pareceres já estariam no *site* da AML. Se não estivessem no *site* era problema do NAC. -----

----- **O Senhor Coordenador do NAC, Pedro Formosinho Sanches**, respondeu que tinha que juntar os pareceres dos partidos.-----

----- **A Senhora Presidente** chamou a atenção para, quando assim fosse, lhe enviasse os pareceres, referindo que faltavam os pareceres dos partidos. Que, daquela forma, iriam passar o fim de semana sem estarem disponíveis os pareceres no *site*, só porque faltava o parecer dos partidos, que era um anexo. Não votavam os pareceres dos partidos, nem os pareceres, mas precisavam de saber o que é que a Comissão tinha decidido. -----

----- Pediu para que enviassem rapidamente, para serem colocados no site e para serem distribuídos, mesmo que não tivessem o parecer dos partidos.-----

----- Chamou a atenção para o facto de que passaria a ser aquela a regra: logo após a reunião da Comissão, enviavam o parecer que tinha sido aprovado. E se houvesse pareceres dos partidos em falta, teriam de fazer uma nota a dizer que seria aditado. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)**, agradeceu a atenção, e referiu que estava para fazer uma intervenção no capítulo “outros assuntos”, mas uma vez que aquela questão tinha sido levantada naquele momento, aproveitava para dizer o seguinte: estavam a surgir pareceres no *site* com *link*, exclusivamente, para aquilo que era considerado a zona base do parecer. Daí se excluía os chamados anexos que, muitas vezes, considerava que não eram anexos, nomeadamente, as audições que correspondiam ao relato do que se tinha passado na Comissão e do que foi dito na Comissão, e também a posição dos partidos.-----

----- Referiu que quando alguém entrava no *site* e clicava no *link* do parecer, não via, nem a posição dos partidos, nem o que se tinha passado nas Comissões, nem os relatos. Considerava que aquilo era uma forma de deturpação voluntária, ou não, da verdade do que se tinha passado na Comissão. Assim, o PAN não aceitava que aquela situação continuasse. -----

----- Já tinha havido situações desagradáveis porque os anexos não estavam todos juntos, e faziam parte do parecer, e terem, apenas, um *link* único. Portanto, o PAN gostaria que aquilo fosse considerado pelas várias forças políticas, que aquela situação fosse corrigida.--



----- **A Senhora Presidente** respondeu que era fácil explicar aquela situação que o Deputado Miguel Santos tinha colocado. Salientou que o normal era ser ela própria a colocar todos os pareceres no *site*, e tinha a preocupação de colocar sempre tudo. Atendendo ao excesso de trabalho com que estava, tinha direcionado aquela tarefa ao pessoal do seu gabinete, nomeadamente, à Dr.^a Luísa Jacobetti, de colocar os pareceres. A indicação que tinha dado era que muitas vezes os anexos dos pareceres “linkavam”, por exemplo, para proposta e outros assuntos que já estavam no *site*. Aqueles anexos não era necessário estarem a ser colocados no site, apenas tinha-se que “linkar” para o anexo certo. Mas se estavam a faltar anexos então era uma falha que teria de ser corrigida. A Dr.^a Luísa provavelmente, não estava a interpretar corretamente as orientações que lhe tinha dado, ou porque o parecer poderia ter chegado sem os anexos, todos. Também poderia acontecer isso. Mas garantiu que iria verificar tudo, e passaria a fazê-lo, pessoalmente, se assim fosse necessário. Porque não tinham queixas, anteriormente.-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)**, salientou que aquela situação seria corrigida se os vários anexos integrassem, em termos de ficheiro, o parecer. -

----- **A Senhora Presidente** respondeu que era muito fácil, havia uma coisa que pensava que o NAC não fazia, mas era uma questão técnica, era muito fácil pegar no parecer com os anexos, todos, e fazer um PDF único com tudo. E poderia fazer-se um PDF único. E quando era eu que punha, muitas vezes fazia isso. Mas Senhor Deputado, é uma questão técnica, não é uma questão política. Mas o resultado é político e, portanto, o que iria ver com o NAC era como é que recebendo um documento com vários anexos se fazia um PDF único, e pedia ao Pedro Tito para ajudar naquele processo, portanto, passavam a fazer um PDF corrido, como a CML faz, o DAOSM faz com as propostas da Câmara, faziam um PDF corrido, com tudo. Portanto, pensava que aquele processo era relativamente, simples, ficando o parecer completo que era o problema que o Senhor Deputado estava a colocar, e bem. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)**, referiu que gostaria que as outras forças políticas se pronunciassem relativamente àquele assunto para que tudo ficasse acertado.-----

----- **A Senhora Presidente** respondeu que aquele assunto era consensual, não havia dúvidas quanto àquilo. Tinha havido uma falha logística, não era uma deliberação política. Tinha sido o erro que seria corrigido. -----

Ponto 3 - Lista de matérias e propostas pendentes (doc 4) -----

----- **A Senhora Presidente** alertou os presentes, e já tinha alertado a Câmara Municipal para aquela situação, tinham recebido uma quantidade enorme de petições. Tinham a Petição 2/2017 que tinha sido agendado parecer para a semana anterior, não sabia se tinha sido aprovado. -----

----- A Petição 3/2017 também, estava agendada qualquer coisa já para a semana anterior. Referiu que não sabia se já tinham vindo os pareceres, ou não, mas que estavam na fase final. -----



----- Quanto à questão do Regulamento Municipal do Arvoredó, já tinham conseguido um consenso, na 4ª e 5ª Comissões, para entrega de propostas de alteração até àquela semana, e votação na semana seguinte, se conseguissem fazer toda de uma vez, sim, senão seria em dois dias, votação indiciária que era a expressão utilizada na Assembleia da República, para os Senhores Deputados que não estivessem familiarizados com a expressão. Significava, aquela expressão, que os partidos apresentavam propostas de alteração na especialidade, fazia-se um guião das propostas todas e, na Comissão, votava-se indiciariamente, ou seja, os partidos votavam como se a dar o sinal como é que votariam, em Plenário, aquelas propostas de especialidade. O que fosse aprovado em votação indiciária de Comissão, já não precisava de ser aprovado em Plenário, pois iria como proposta da Comissão. O que não fosse aprovado iria como proposta dos partidos, a plenário, porque, evidentemente, o Plenário é que era soberano, e era por aquela razão que não se tratava de uma votação final, era uma simples votação indiciária. Servia, muitas vezes, para juntar propostas e simplificar, depois, o processo final de votação. -----

----- Tinham de ter um guião bem feito e as regras de elaboração do guião iriam definir as regras que eram usadas na Assembleia da República; as propostas seriam colocadas à votação por ordem de entrada, exceto se fossem propostas de eliminação que tinham de ser votadas em primeiro lugar, ou propostas de aditamento que seriam votadas depois. Era aquela a ordem das várias propostas. -----

----- Por outro lado, tinham petições em prazo, a Petição 6/2017 e a Petição 7/2017, que tinham entrado em prazo, uma delas, a Petição 7/2017, era sobre o alojamento local. -----

----- Depois tinham a Petição 9/2017, que tinha dado indicações para dar entrada, mas que pediu, igualmente, informações à Câmara porque o problema do Externato era os conflitos com uma associação que estava instalada no mesmo edifício onde estava o Externato, e havia problemas de vizinhança, conflitos entre a Associação e o Externato, assunto que julgava não ser da competência da Assembleia. Assim, mandou perguntar aos serviços jurídicos para saber se poderiam intervir em alguma coisa, se havia alguma coisa de útil que a Assembleia pudesse fazer. Perguntou à Câmara se a mesma pretendia mediar aquele conflito porque, teoricamente, a Assembleia só podia aceitar situações da competência da Assembleia Municipal. E, aquele assunto, não era da competência da Assembleia Municipal. -----

----- Disse que era evidente que a Petição 8/2017, também não era da competência da Assembleia Municipal. Tratava-se de uma escola secundária, mas sendo um assunto que interessava ao Município de Lisboa, entendeu que valia a pena, e a Comissão entendeu o mesmo, dar alguma resposta. -----

----- Mas foi dado conhecimento aos peticionários da Petição 7/2017 que a matéria não era da competência do município, mas que, em todo o caso, iriam acompanhar o assunto e iam ver o que poderiam fazer. -----

----- Em relação aos agendamentos, existiam assuntos que estavam pendurados e estava preocupada, sobretudo, com a Proposta nº 55/CM/2017, pois tinha a ideia que a mesma, já tinha um parecer. Até o Deputado Vítor Gonçalves, que já se encontrava no serviço da



Assembleia há muito tempo, pelo que gostaria que aquele assunto fosse resolvido o quanto antes. -----

----- Pensava que a audição com o Presidente da Câmara sobre a Matinha era naquele dia, pelo que aquele assunto seria desbloqueado. -----

----- As restantes propostas tinham coisas, mais ou menos, combinadas, estavam em andamento. -----

----- Pedi, de seguida, aos presentes que olhassem para as propostas que iriam entrar. E chamava a atenção para o facto de estarem em junho, tinham aquele mês, e o próximo, de trabalhos, depois o mês de setembro era só para fechar alguma coisa. -----

----- Mas que vissem com atenção para o que estava para entrar; uma alteração ao Regulamento Geral de Urbanização, ao funcionamento da Polícia Municipal, uma alteração simplificada do Plano Diretor, uma alteração de um Plano de Pormenor, um projeto do Regulamento Geral dos Mercados e o projeto de Regulamento dos Cemitérios. As alterações simplificadas até podiam não ter grande relevância. No entanto, alterações de planos de pormenor e projetos de regulamento eram matérias que implicavam algum tempo de discussão, e já estavam em final de mandato. Portanto, ou se conseguia que as Comissões apreciassem, ou aqueles assuntos já não tinham seguimento. -----

----- Portanto, iria fazer uma insistência junto dos Presidentes das Comissões. -----

----- Não tinha ali presente o Senhor Vice-presidente mas queria alertar e, já tinha falado com o Senhor Presidente da Câmara naquele sentido, aquelas matérias de maior extensão, se não entrassem no mês de junho, não poderia garantir que as pudessem aprovar porque eram matérias que exigiam um tempo de maturação, ali, na Assembleia Municipal. -----

----- Assim, a Câmara teria de selecionar aquilo que, realmente, queria que fosse aprovado, e enviar à Assembleia, rapidamente. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)**, referiu que não via na lista o Regulamento do Património. -----

----- **A Senhora Presidente** respondeu que o mesmo não estava agendado pela simples razão que, ainda, não estava agendado em reunião de Câmara. Nunca tinha sido agendado em reunião de Câmara. Por isso, não estava registado para entrada. Só o colocaria depois de estar agendada em reunião de Câmara. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)**, referiu que estava apenas a registar. E achava que, aquela questão, quanto à aprovação em tempo útil, quando ainda não estavam ali registados, faria perigar, completamente, a sua aprovação, o que punha em causa tudo aquilo que lhes tinha sido dito. -----

----- **A Senhora Presidente** respondeu que estava consciente do que o Deputado Miguel Santos estava a dizer, apenas não estava ali na lista pela simples razão de que a Câmara ainda, não tinha agendado. Era um assunto que iria perguntar à Câmara sobre o que é que se passava com o Regulamento do Património. Aquele assunto tinha ali estado, há mais de um ano, e tinha ficado encalhado, não sabiam o que é que se passava. Ia questionar a Câmara sobre aquilo. -----



----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles (BE)**, referiu que tinham, ali, feito um acordo de que não haveria mais alienações, aliás, foi sublinhado pela Senhora Presidente, com o apoio de todas as forças, de que não haveria mais alienações, enquanto não houvesse um regulamento. -----

----- Tinham-lhes chegado um projeto de regulamento, e a Senhora Presidente entendeu, com a oposição de algumas forças políticas, nomeadamente, o BE, que poderiam avançar havendo tal projeto, e achava que o tinha feito partindo do princípio que o processo estaria avançado, e que iria ser concluído. O que estavam a chegar, ali, à conclusão era que aquela situação não estava a acontecer, e as alienações continuaram, tendo algumas já sido agendadas, portanto, havia um bocado de defraudar de expectativas sobre aquele processo, que achava importante registar. -----

----- **A Senhora Presidente** respondeu que ficaria registado e que, certamente, iria transmiti-lo ao Senhor Presidente da Câmara, porque também estava a ser posta em causa, e que se tinha baseado no princípio da boa-fé do que estava a acontecer e, fosse como fosse, a responsabilidade, também, era sua. -----

----- Quanto aos debates temáticos, a versão final do relatório do Debate Temático da Economia na Cidade e o Trabalho, já estava feito. Perguntou o que se passava. Faltava ser votado porque foi agendado, não foi agendado, perguntou. Pediu ao NAC que fosse feita uma diligência da 2ª Comissão, se o Senhor Presidente não podia marcar, alguém do partido do Senhor Presidente teria de o substituir para que as coisas não ficassem paradas muito tempo, o que não se justificava. Bem sabia que o relatório não iria avançar nada de novo, mas era para que o assunto ficasse fechado. -----

----- Em relação a outras matérias, a atualização da Carta de Equipamentos de Saúde já iria falar sobre aquele assunto. -----

----- A deliberação que gostaria de tomar, por aquela razão é que tinha convocado aquela reunião, e alertar todos que já estava colocada no *site* toda a documentação sobre o Debate Específico sobre a Rede do Metro. Eventualmente, se alguém quisesse apresentar uma proposta, que o fizesse, se a 8ª Comissão quisesse apresentar uma proposta, que o fizesse, e se ninguém fizesse, eventualmente, a Mesa trataria da situação, mesmo a própria, enquanto Presidente, para que o debate não ficasse “no ar”. Portanto, chamava a atenção dos presentes de que toda a documentação estava disponível no *site*. -----

----- Portanto, tudo aquilo eram matérias pendentes, portanto, avizinham-se os meses de junho e julho bastante intensos, se as Comissões derem vazão. -----

----- Respeitava a história de não agendar coisas em cima da hora, mas com aquela acumulação de matérias iria ter dificuldade naquilo. Iria ver como é que as coisas corriam.

----- Referiu que não tinha colocado ajustamentos de calendário porque não previa ajustamentos de calendário nenhuns, naquele mês de junho, depois, no mês de julho logo veriam. -----

Ponto 4 - Balanço preliminar do mandato 2013-2017 da AML (doc 5) -----



----- **A Senhora Presidente** disse que quanto ao balanço preliminar do mandato a pergunta que gostaria de fazer era a seguinte; tinha feito um pequeno apanhado de alguns números da Assembleia Municipal que achava serem interessantes.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara tinha feito um balanço do mandato do executivo, e tinha chamado a atenção que o município não era só o executivo, era também a Assembleia Municipal. E portanto, tive a ocasião de apresentar, publicamente, aqueles dados mas não tinha aceitado que os mesmos figurassem numa publicação que a Câmara tinha feito sobre o balanço do mandato porque entendia que se a Assembleia quisesse fazer uma publicação do seu mandato, seria uma publicação que teria de incorporar todas as forças políticas, não podia ser feita só pela própria, pelo que perguntava era se achavam que fazia sentido, pessoalmente achava que fazia sentido, prepararem uma publicação da Câmara com o balanço do mandato, em que cada partido teria um espaço para dizer o que pensava, poderiam concertar o que pretendiam fazer, cada partido, para além de fazer uma análise e de darem os seus pontos de vista, poderiam escolher dois, ou três, momentos que tenham achado mais relevantes no mandato, para que fosse dado desenvolvimento sobre aquelas matérias, ou escolherem outra metodologia qualquer, a ideia poderia ser, se estivessem de acordo.-----

----- Entretanto, os serviços da Assembleia estavam a fazer recolha de números, porque haviam muitos mais números que aqueles, tinha pedido para fazer uma recolha mais exaustiva de números, não só do mandato, enquanto Assembleia Municipal, mas também, da utilização daquele espaço por uma série de entidades, que era a parte que a Gestão do Fórum fazia, e a sua sugestão era que poderiam ir preparando coisas no sentido de até ao final do mês de julho, recolherem elementos, para que em agosto, todos os elementos poderem ir para uma gráfica para que fosse feita uma publicação oficial da Assembleia Municipal para ser distribuída, na última sessão, para ficar como registo do que foi o trabalho realizado naquele mandato.-----

----- Portanto, iria aguardar pelo envio de elementos, sendo que poderia fazer um esquema do que é que poderia conter, e depois ajustariam na próxima Conferência. Podia, também, ser o contrário, poderia enviar um esquema a cada força política e aguardaria pelo respetivo envio. Talvez fosse mais fácil.-----

----- Tinha pensado que teria de haver uma parte escrita, mesmo com opinião escrita com aquilo que cada um entendia dizer. Poderia haver uma listagem com o trabalho de todas as forças políticas, mas achava que seria demasiado exaustivo. Poderiam fazer um índice das iniciativas de todas as forças políticas, com o resultado de aprovação, ou não aprovação, ou poderia a própria fazer tudo aquilo em bloco, tal como tinha feito aquele relatório do primeiro ano. O que tinha acontecido, quem é que teve a iniciativa, quantos relatores é que tinha havido, o que é que tinha sido aprovado, o que é que não tinha sido aprovado, e depois cada partido na sua área chamaria a atenção para as coisas que entendesse.-----

----- Havia meia dúzia de iniciativas da própria Assembleia, sobretudo dos debates temáticos, e algumas discussões abertas das Comissões que achava que deveriam ser



salientadas naquele balanço, porque tinham sido novidade, não era costume fazer-se, e tiveram importância na cidade. E portanto, era importante que todos pudessem fazer a lista dos momentos em que pretendiam fazer uma especial referência. O objetivo, também, seria que na publicação pudessem sempre, fazer *links*, quer para as páginas dos partidos, quer para a página da Assembleia, para documentação mais desenvolvida para não ficar uma publicação muito volumosa o que seria complicado. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)**, disse que lhe tinha parecido ouvir que aquele seria um balanço da sessão, ou do mandato, perguntou. -----

----- **A Senhora Presidente** respondeu de que era do mandato.-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)**, disse que toda aquela compilação era dos quatro anos. Agradeceu a confirmação. -----

----- **A Senhora Presidente** referiu que tinha feito o balanço do primeiro ano mas que, depois lhe tinha faltado o fôlego para fazer dos outros três, e que agora era a altura de o fazer. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles (BE)**, referiu que apenas gostaria de frisar ali um ponto prévio e ambiental, aquelas impressões eram muito danosas, era um toner por cada uma daquelas cópias. -----

----- **A Senhora Presidente** respondeu que, de facto, poderiam ter sido impressos só quatro slides por folha. Provavelmente, iria dar ao mesmo. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles (BE)**, referiu que tinha visto e que gostou muito da apresentação da Senhora Presidente. Concordava que fosse feito um balanço do mandato, naturalmente, achava que seria importante fazê-lo. Julgava que fazer uma versão impressa, não precisava de ser uma edição de luxo, bastava que fosse uma coisa simples, sobretudo, porque a informação ficava sempre disponível *online*, portanto, era mais consultável naquele ponto de vista. -----

----- Sublinhou que achava que aquele balanço do mandato deveria seguir a mesma linha daquele que a Senhora Presidente tinha feito do primeiro ano de mandato. Fazia sentido. -

----- De uma forma gráfica, tinha vários gráficos com as propostas apresentadas, recomendações, moções, votos, e achava que deveria ser naquele sentido, deveria ser uma coisa prática e, sobretudo, remeter para uma consulta *online*, pois o registo histórico funciona mais do ponto de vista *online*. -----

----- **A Senhora Presidente** agradeceu. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Vasco Santos (MPT)**, referiu que o importante era haver uma grelha da informação que as forças políticas iriam enviar, por forma haver um modelo comum, um contexto comum, ao longo de todo o documento. -----

----- Ficaria a aguardar que chegasse tal proposta. -----

----- **A Senhora Presidente** respondeu que assim faria.-----

Ponto 5 – Cedência de terrenos municipais para o futuro Hospital de S. João – Proposta nº 316/CM/2017 - (doc 6)-----



----- Quanto ao ponto seguinte, disse a **Senhora Presidente** que poderia não ter levado, ali, tal assunto, mas preferiu fazê-lo. O que se passava era o seguinte; a Câmara tinha pedido à Assembleia uma proposta para a cedência de terrenos para a construção do novo Hospital de S. João, e tinha sido aprovado em 2007, 2008. Teve vários ajustamentos. Entretanto, o hospital nunca avançou.-----

----- Pensava que ninguém poria em causa que a Câmara cedesse terrenos para a construção de hospitais, simplesmente, tinha feito várias diligências junto do Ministério da Saúde para saber do futuro da rede hospitalar de Lisboa, do próprio hospital, o que é que se estava a passar e continuavam sem resposta.-----

----- A equipa que estava a elaborar a Carta de Equipamentos de Saúde ficou de receber da Administração Regional de Saúde elementos para fechar a carta e, não os recebeu, e trazia tal assunto ali, que nada tinha a ver com a Câmara, tinha exclusivamente, a ver com o Governo, porque a sua intenção, caso reunisse consenso na Conferência de Representantes, era não agendar aquela proposta sem antes enviar um ofício ao Senhor Ministro da Saúde a dizer que a Assembleia Municipal de Lisboa tinha feito várias diligências para obter informação do próprio sobre o que é que se passava com a Rede Hospitalar de Lisboa, o que é que iria acontecer, o que é que iria acontecer aos hospitais da Colina de Santana quando existisse o novo hospital, qual era a configuração do novo hospital, que dimensões e características tinha, um mínimo de informação, pois estavam a dar terrenos para uma coisa que não sabiam, exatamente, o que era e que formato tinha.---

----- Entendia que era tempo de a Assembleia Municipal de Lisboa fazer ouvir a sua voz, e explicar à Câmara que não era falta de respeito para com a proposta municipal, mas era o único argumento que tinham, naquele momento, para poder obter uma informação que era fundamental para o município, e que não tinham conseguido até à data.-----

----- Admitia que houvesse informação disponibilizada tecnicamente por serviços do Ministério da Saúde aos serviços de planeamento da Câmara Municipal, mas não era a mesma coisa. A Assembleia pretendia uma informação oficial, em nome do Governo.-----

----- Aquela era a razão pela qual tinha levado, ali, o assunto, e perguntou se estavam de acordo com aquele procedimento.-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles (BE)**, referiu que fazia sentido a posição da Senhora Presidente da Assembleia, e estava perfeitamente de acordo.-----

----- Aquele era um equipamento essencial para Lisboa.-----

----- A Assembleia Municipal, como órgão, quis saber sobre tal equipamento, e não bastava, pedirem para assinarem um documento sobre um assunto do qual não tinham informações. Por isso, fazia todo o sentido a posição da Senhora Presidente.-----

----- **A Senhora Presidente** respondeu que o pedido que fez não era só sobre o hospital, era sobre o hospital e o futuro da rede hospitalar. Era sobre aquelas duas situações.-----

----- Com a Colina de Santana tinham condicionado uma coisa à outra; não se iria mexer nos hospitais, não se fechavam sem que houvesse um novo. A pergunta era como seria o novo, e qual o destino dos que existiam.-----



----- Podiam concordar, ou discordar, mas tinham o direito de saber o que é que o Ministério pensava sobre o assunto. Era necessário ouvir todos, os municípios e os utentes, em particular. -----

----- Estavam todos de acordo. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Leitão (PS)**, recomendou à Senhora Presidente que as diligências a fazer junto do Ministério da Saúde fossem com prazo, com brevidade, no sentido de que a proposta não ficasse parada, porque tal como a Senhora Presidente tinha referido, a culpa naquela matéria, não era da Câmara, era do Ministério da Saúde, portanto, que aquelas diligências fossem feitas com a máxima rapidez. -----

----- **A Senhora Presidente** respondeu que na reunião que tinha tido com o Ministro da Saúde, o prazo era de quinze dias para enviar informação à Câmara, e nunca tinha chegado. Achava que tudo o que era mais de quinze dias era inaceitável. Tinha que ser pedida uma resposta com urgência, sendo que o Senhor Ministro estava consciente que aquele era um ano de Eleições Autárquicas, portanto, se a proposta não era agendada, não era aprovada, e se não fosse aprovada, depois, não poderiam avançar com o concurso.-----

----- Portanto, aquela era uma questão crítica, e era do interesse de todos que a mesma se resolvesse, rapidamente. Era naquele sentido que iria officiar ao Senhor Ministro da Saúde.

Ponto 6 – Relatório de conclusão do PIPARU (doc 7) -----

----- **A Senhora Presidente** disse que a última questão que tinha para apresentar era a seguinte; foi apresentado pelo Senhor Vereador Manuel Salgado, não tinha agendado porque não se tratava de nenhuma proposta, mas não sabia como é que pretendiam fazer, falava do Relatório Final do PIPARU. -----

----- Era um assunto que vinha do mandato anterior, o PIPARU, o programa dos empréstimos, das empreitadas que foram financiadas. Foi muito discutido e acompanhado pela Assembleia Municipal e havia um relatório final. E o que queria saber era se pretendiam que fosse apreciado por alguma Comissão, e qual, se queriam que fosse agendado, ou era, simplesmente, para dar conhecimento a todos. Tinha aquela dúvida e, por isso, levava a questão, ali. -----

----- Pessoalmente, achava que a 1ª e a 3ª Comissões, a 1ª Comissão porque tinha a ver com financiamentos, e a 3ª Comissão porque tinha a ver com a matéria em causa, que deveriam ouvir o Senhor Vereador, enfim, que deveriam fazer um pequeno debate sobre aquilo e, depois, se entendessem fazer alguma recomendação à Assembleia, muito bem. Não valia a pena estar a agendar se não houvesse nada para decidir. Os relatórios não se votavam, os relatórios apresentam-se e corrigiam-se caso houvesse erros. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles (BE)**, referiu que concordava.-----

----- Tinham feito muitas reuniões, foram muitas horas de PIPARU, tinha sido um programa muito importante para a cidade, tinha tido aquelas vicissitudes de financiamento, e achava que justificava-se participarem todos no encerramento do próprio processo. -----

----- **A Senhora Presidente** perguntou se a participação seria através de reunião da Comissão. -----



----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles (BE)**, respondeu que iria à 1ª e à 3ª Comissões, tal como a Senhora Presidente sugeria. -----

----- **A Senhora Presidente** confirmou que seria aquilo que se faria, e remetia para que fosse ouvido o Senhor Vereador, para fazerem uma apreciação do relatório e, se entendessem, dizer mais alguma coisa, logo diriam. -----

Ponto 7 – Outros assuntos -----

----- **A Senhora Presidente** referiu um outro assunto que, eventualmente, poderia ser agendado para o dia seguinte, dia da sessão. Tinha havido dois Senhores Deputados, do PAN e do MPT, que tinham pedido para mudar de Comissões. Na altura, respondeu-lhes que sim, que não havia problema nenhum, que os partidos indicavam as Comissões em que queriam estar. O que acontecia era que a composição das Comissões era deliberação da Assembleia Municipal e, portanto, ao alterar, alteravam a composição. E, portanto, toda aquela conversação que tinham feito acerca das percentagens e proporções, ficava um pouco alterada, mas como também, já só tinham dois ou três meses de mandato, achava que aquilo não era grave desde que a Assembleia validasse a alteração da composição. -----

----- Gostaria de ouvir os presentes sobre aquela situação. Se não houvesse objeções, iria preparar uma proposta naquele sentido. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Leitão (PS)**, alertou que dever-se-ia assegurar que não era alterada a proporcionalidade que tinha sido estabelecida. -----

----- **A Senhora Presidente** respondeu que poderia ficar ligeiramente alterada em favor daqueles dois pequenos partidos porque, na prática, como nenhum fazia parte da 1ª Comissão a proporção era feita naquela base. -----

----- Disse que, ainda, não tinha feito as contas. Iria fazê-las. -----

----- Tratava-se de uma ligeira alteração, mas disse que seria por dois meses. -----

----- Garantiu que iria fazer as contas e ver se haveria alguma alteração porque tinha dito, erradamente, e pedia desculpa aos Senhores Deputados mas, à partida, tratava-se de um assunto pacífico. -----

----- Os partidos que tinha vários Deputados, e que tinham os Deputados presentes em várias comissões, podiam mudar sem problema. Naquele caso, como eram partidos com apenas um Deputado, nunca poderiam ter mais do que três, não era nas Comissões que estavam, inicialmente, previstos. Era aquele o problema. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Sérgio Azevedo (PSD)**, sugeriu que a Senhora Presidente fizesse aquele levantamento, e visse qual é que era a alteração da proporcionalidade, e que depois, apresentasse numa Conferência de Representantes para que fosse decidido. Tudo antes de ir à Assembleia. -----

----- **A Senhora Presidente** respondeu que teria que ficar para uma outra reunião. Teria que utilizar o dispositivo atual de participar nas reuniões até que aquela questão fosse decidida. E pediu desculpa pelo lapso. Tinha sido alertada pela sua Assessora Jurídica de que aquele assunto precisava de uma deliberação da Assembleia. -----

----- Portanto, ficava para a próxima reunião. -----



----- Mas ia fazer as contas, tinha a tabela e era fácil fazê-las, distribuir por todos e ver o que dava. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)**, disse que a sua decisão de pedir a transferência para a primeira comissão, baseava-se na quantidade de trabalho que algumas comissões estavam a fazer. E considerava que caso aquela transferência não fosse permitida, o próprio funcionamento das várias Comissões teria que ser avaliado. -----

----- **A Senhora Presidente** respondeu que ninguém tinha dito que a transferência não era permitida, tinha era que ter uma deliberação prévia, que não estava tomada, era aquele o problema. -----

----- A alternativa era fazer naquele dia, distribuir por todos os Senhores Deputados, relativamente à alteração da proporção, e saber se no dia seguinte estariam disponíveis para votar. Mas não costumavam apresentar propostas de forma imediata, costumavam, primeiro, trabalhá-las entre todos. Portanto, tinham aquele problema. -----

----- O Senhor Deputado tiraria as conclusões que entendesse, mas não via como ultrapassar aquele problema. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Paulo Figueiredo (PS)**, referiu que em relação ao impedimento que o Deputado Miguel Santos tinha invocado, tinha sido uma escolha do PAN, durante o mandato. Portanto, era um impedimento que não coresponsabilizava, nem a Presidente da Assembleia Municipal, nem a Mesa, nem muito menos as outras forças políticas. Tinha sido uma opção que tinham feito. -----

----- Em relação ao ponto de vista prático, achava que poderia não ser complicado se todos os outros partidos concordassem, daquela forma é que se poderia suscitar a questão. Do ponto de vista prático de onde saíam, a Comissão encolhia, e para onde iam a Comissão crescia, na exata proporção. Aquilo tinha implicações, em especial nos grandes grupos que teriam de fazer uma deslocação grande de deputados para acomodar aquela proporcionalidade. -----

----- Tinham de conhecer a proposta para que pudessem ter tal ponderação. -----

----- **A Senhora Presidente** continuou dizendo que as contas tinham de ser feitas porque a mudança de um só Deputado poderia não afetar a proporcionalidade. Teriam de fazer as contas. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Vasco Santos (MPT)**, propôs que, se a Senhora Presidente, naquele dia, apresentasse aquela proporcionalidade por mail, poderiam discutir o assunto para que, no dia seguinte, conseguissem levar a Plenário sem a marcação de outra Conferência de Representantes. Se fosse possível, e se todos ali, estivessem de acordo, tratariam aquele assunto por mail e, no dia seguinte, poderiam levar o mesmo, a Plenário. -----

----- **A Senhora Presidente** respondeu que não havia consenso naquela matéria. Havia dois partidos que se opunham e que, por acaso, até eram os maiores partidos. Portanto, não havendo consenso, não poderiam seguir tal caminho. Só se fosse consensual. -----



----- **O Senhor Deputado Municipal Vasco Santos (MPT)**, referiu que provavelmente se tinha explicado mal, sugeria que os membros da Conferência de Representantes, por mail, dessem a sua opinião em relação ao levantamento da Senhora Presidente. -----

----- **A Senhora Presidente** respondeu que não estavam todos de acordo relativamente ao assunto. Eram questões que tinham de ser conversadas e se houvesse acordo ali, evoluíam. Como não havia evolução, tinham de fazer conforme estava no Regimento da Assembleia, tinha de ser uma deliberação da Assembleia, nos termos em que, normalmente, era feita. -----

----- Poderia prepará-la naquele dia para que a vissem, mas não iria agendá-la não havendo consenso entre todos. -----

----- Disse que pela sua parte, estava encerrada aquela reunião. -----

----- Como tinham percebido, aqueles assuntos tinham que ir ali, não podia adiá-los mais. -

----- Salientou que esperava encontrar todos nas Festas da Cidade, e voltariam para uma sessão ordinária, na semana a seguir. Teriam a sessão ordinária de junho. -----

----- **Durante a reunião** foram distribuídos os seguintes documentos que se anexam à presente ata e dela fazem parte integrante: -----

Doc 1 – Draft da Ata 61, de 30.01.2017; -----

Doc 2 – Draft da Ata 63, de 03.04.2017; -----

Doc 3 – OT da 144ª reunião da AML; -----

Doc 4 – Lista de matérias e propostas pendentes; -----

Doc 5 – Balanço preliminar do mandato 2013-2017 da AML; -----

Doc 6 – Proposta nº 316/CM/2017; -----

Doc 7 – Ofício do VMS sobre a conclusão do PIPARU. -----

----- Nada mais havendo a acrescentar, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa deu por encerrada a reunião pelas doze horas e cinquenta e cinco minutos, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, irá ser assinada pelos membros que compõem a Mesa. -----

A Presidente _____

O Primeiro Secretário _____

A Segunda Secretária _____

